

REQUERIMENTO Nº _____/2015

(Do Sr. VALTENIR PEREIRA)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos e os efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, a fragilização do conteúdo nacional e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, sejam **convidados** os senhores **CARLOS EDUARDO DE SOUZA BRAGA**, Ministro das Minas e Energia; **ALOIZIO MERCADANTE**, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República e **LUIS INÁCIO ADAMS**, Ministro Advogado-Geral da União, para, em audiência pública, debater os impactos e os efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, a fragilização do conteúdo nacional e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia.

JUSTIFICATIVA

O principal objetivo do convite é ouvir os Ministros das áreas acima referenciadas para que eles possam debater os reflexos dos impactos e dos efeitos negativos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil e, ao mesmo tempo, verificar quais providências o Governo Federal adotou, está adotando ou pretende adotar para a retomada dos investimentos, em especial no âmbito de atuação da Petrobras, evitando-se a bancarrota das maiores empresas de engenharia

do País, de modo a estancar o desemprego em massa e evitar que empresas brasileiras quebrem e arrastem consigo os empregos de milhares de brasileiros, colocando em risco o conteúdo e a engenharia nacionais, grandes indutores de desenvolvimento do Brasil.

Também se pretende, na oportunidade, discutir e construir com os Senhores Ministros urgentes alternativas técnica, jurídica, política e econômica para, sem prejuízo da punição dos responsáveis pelos atos ilícitos, garantir a retomada dos investimentos, lembrando que, como bem assinalou o Sr. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, Presidente da FIRJAN, em evento realizado pela CFFC no Rio de Janeiro: *"O tempo econômico é muito mais curto que o tempo jurídico e o tempo político"*.

Cumprе assinalar que estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV concluiu que a paralisação dos contratos entre Petrobras e as empresas investigadas na "Operação Lava Jato" está tirando R\$ 87 bilhões de reais da economia brasileira em 2015. Equipamentos que estavam sendo fabricados/construídos no Brasil estão sendo ser confeccionados no exterior. Exemplo é o fim do contrato entre a Petrobras e a empresa IESA, que estava construindo módulos de exploração de petróleo no Rio Grande do Sul, no polo naval do Jacui, no município de São Jerônimo.

Somente no Polo Naval do Jacui, estavam previstos a construção de 32 Módulos com investimentos aproximados de U\$732 milhões de dólares, o equivalente a R\$2 bilhões de reais, e todo esse investimento está sendo transferido para ser concluído na China, deixando de gerar emprego e renda para os brasileiros.

A par disso, o senhor Ariovaldo Rocha, presidente do **SINAVAL**, em entrevista a Rádio Câmara no mês de abril de 2015 registrou: *"Esses Módulos estão sendo negociados com a Cosco na China e com a Tailândia, uma outra empresa que desconhecemos. Deixará de dar emprego no Brasil e gerando emprego e renda em outros países e trazendo para nós uma série de dificuldades"*

É inegável que o bloqueio das empresas brasileiras construtoras de sondas e plataformas para exploração de petróleo, com mais de 324 obras espalhadas pelo Brasil, transferindo esses contratos para empresas estrangeiras (China, Tailândia, Singapura e outros), vai provocar um esmagamento das empresas nacionais e de toda cadeia de produção montada por empresas subsidiárias para atender às necessidades estratégicas de desenvolvimento nacional.

O que se percebe é a clara intenção de usar as investigações da “Operação Lava Jato” para fragilizar, ou melhor, destruir o conteúdo nacional. É hora de termos responsabilidade social com o Brasil.

A par disso, a própria **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, por meio de seu presidente Robson Andrade, em entrevista à coluna “Isto é Dinheiro”, falando sobre os desdobramentos da “Operação Lava Jato”, reconhece que pode haver impactos negativos no desempenho da economia brasileira já em 2015.

As Entidades Sindicais também apoiam as propostas que visam desobstruir os canais de financiamento, mas alertam que isso deve ocorrer com as empresas honrando os compromissos trabalhistas e garantindo os postos de trabalho. *“É extremamente oportuna a iniciativa do Congresso Nacional de promover a união dos setores produtivos e do Estado. Não há um setor mais interessado em extirpar a corrupção do que os trabalhadores. É o nosso suor, e às vezes, o nosso sangue que vai pelo ralo. Temos que fazer o exercício do diálogo...”*, afirmou João Antônio de Moraes, Secretário de Relações Internacionais da **Federação Única dos Petroleiros (FUP)**.

As investigações da “Operação Lava Jato” resultaram, até o momento, na suspensão formal da contratação pela Petrobras de 25 empresas no Brasil. No universo destas 25 empresas há 13 construtoras envolvidas nas mais importantes obras de infraestrutura econômica e em grandes empreendimentos do setor de petróleo e gás.

Há hoje em curso 109 obras de infraestrutura no País, duas gigantescas unidades de refino, duas plantas de fertilizantes e 31 contratações de embarcações junto a 18 estaleiros ameaçados de paralisação. São 144 empreendimentos no total. Somados, eles representam mais de 420 bilhões de reais de investimentos na economia brasileira. O setor de construção naval, com seus 18 estaleiros e sua cadeia de fornecedores, vê ameaçado investimentos acima de 100 bilhões de reais!

As empresas investigadas são grandes empregadoras e suas contratadas e subcontratadas arregimentam um contingente ainda maior de pessoas nas mais diversas funções e atividades econômicas, pois ao longo do tempo adquiriram *know-how* que as tornaram altamente competitivas, inclusive exportando de tecnologia para outros países.

A suspensão do crédito pelos Bancos, Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos, o rebaixamento do grau de investimentos pelas agências internacionais de classificação de risco, e a interrupção de pagamentos pela Petrobras já atinge até mesmo empresas que nem sequer estão citadas nas investigações da "Operação Lava Jato". Toda a cadeia de fornecedores tem sido impactada negativamente, em especial os estaleiros. São empregos de brasileiros que nada têm a ver com supostos atos ilícitos praticados por seus superiores.

Uma coisa é punir controladores ou executivos que incorreram em atos ilícitos. Outra bem diferente é permitir que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros, condenando ao desemprego currículos consagrados, juntamente com uma multidão de técnicos altamente especializados, bem como retirar o pão de cada dia da mesa dos dedicados trabalhadores das diversas cadeias produtivas de fornecedores da Petrobras, que formam o contingente de mão de obra qualificada deste País. E não há como preservar os postos de trabalho sem preservar a viabilidade econômico-financeira das empresas e dos empreendimentos estruturantes, fundamentais para o crescimento do País.

Já o presidente da **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN)**, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, foi mais contundente ao alertar que, além da iminente quebra das maiores empresas do País, há risco sistêmico na crise, envolvendo o próprio sistema financeiro nacional, vez que essas empresas encontram-se extremamente alavancadas.

A “Operação Lava Jato”, por si só, tem provocado reflexos diretos e negativos na rentabilidade de Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos que têm ações na Bolsa de Valores, em razão desses Fundos terem aportado substanciais recursos, por meio de empréstimos, nos empreendimentos da Petrobras, que agora estão paralisados pelo meio do caminho.

Os impactos negativos que as demissões em curso têm provocado em municípios brasileiros, como é o caso do município de Macaé-RJ, no norte fluminense, conhecido como a “Capital do Petróleo” no Brasil, têm sido largamente difundidos pela imprensa nacional e atingem fortemente uma massa de mão de obra altamente qualificada por longos períodos de investimentos em capacitação e treinamentos.

Nessa direção, o jornal Correio Brasiliense, em seu Caderno de Economia, de 30 de março de 2015, ao tratar dos impactos negativos da “Operação Lava Jato” na economia, noticiou que em Pernambuco, só na refinaria Abreu e Lima - em construção, mais de 5,7 mil trabalhadores perderam o emprego. Revela também que mais de 20 mil trabalhadores em 38 empresas em 7 estados já perderam seus postos de trabalho. Em Itaboraí, no Rio de Janeiro, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que chegou a ter 35 mil trabalhadores em 2013, agora tem apenas 4,5 mil.

Diante de tudo isso, precisamos nos mobilizar, num esforço conjunto dos diversos segmentos responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos da Petrobras, tais como o crédito, o setor público e produtivo e a mão de obra, para manter bilhões de investimentos em infraestrutura econômica e preservar os milhares de postos de trabalho no Brasil, e assim evitar uma nociva e indesejável paralisia econômica logo adiante.

É preciso, também, encontrar saídas para evitar as consequências danosas oriundas da interrupção injustificável dos contratos das empresas com a Petrobras, bem como a transferência para empresas estrangeiras, situadas fora do Brasil, de atividades até então tocadas com competência por empresas brasileiras envolvidas na “Operação Lava jato”, não se esquecendo de que a principal delas – o emprego em larga escala – abrangeria, não apenas os trabalhadores das atividades-fim, mas também todos aqueles que operam nos subcontratos daí decorrentes.

Registre, ainda, que a Petrobras está rescindindo unilateralmente os contratos com empresas brasileiras que sequer estão sendo investigadas na “Operação Lava Jato”. Pior! A Petrobras está enviando os nomes dessas empresas para a CGU, prejudicando ainda mais sua sobrevivência no mercado, vez que estão ficando com seus CNPJ “pendurados” e, na prática, impedidas de receber crédito e de firmar contratos públicos, até mesmo de participar de licitações. Isso é um absurdo! Está se punindo antes do julgamento final.

Assim, em razão da importância estratégica da continuidade da Construção Naval e das obras de infraestrutura econômica realizadas pelas maiores empresas do País, da necessidade de preservação da atividade econômica e da manutenção de milhares de empregos, contamos com o inestimável apoio dos nobres pares desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para a aprovação deste requerimento de convite dos Senhores Ministros acima mencionados.

Sala da Comissão, em 24 de junho de 2015.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**